

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.779.249 - SP (2018/0297000-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE** : JORGE ADELINO DE MATTOS  
**ADVOGADOS** : CARLOS ALBERTO FERREIRA JÚNIOR - SP318925  
RICARDO JOSÉ SEVERINO - SP316007  
**AGRAVADO** : MUNICIPIO DE LENCOIS PAULISTA  
**PROCURADOR** : SÍLVIO PACCOLA JÚNIOR E OUTRO(S) - SP206493

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA.

1. No que tange à interposição do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional, convém ressaltar que o recorrente deve cumprir o disposto no art. 1029, § 1º, do CPC/2015, e no art. 255, § 1º, do RISTJ. Precedentes.

2. Agravo interno não provido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento: "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Francisco Falcão (Presidente), Herman Benjamin e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019

**MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
Relator